

cooperativismo uma história sempre atual

Conheça os fatos,
valores e princípios
que acompanharam o
surgimento e a evolução
do cooperativismo.





Federação das Unimeds do Estado de São Paulo
Diretoria de Desenvolvimento Humano

ORGANIZAÇÃO:

Dr. Mauro Candido Junqueira – Diretor
de Desenvolvimento Humano

Marco Antonio de Souza – Educação Corporativa

Luciane Varini Jardim – Centro de Documentação

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor Presidente:

Dr. Eudes de Freitas Aquino

Diretor-Superintendente:

Dr. Humberto Jorge Isaac

Diretor Financeiro:

Dr. José Marcondes Netto

Diretor de Desenvolvimento e Mercado:

Dr. Luiz Roberto Dib Mathias Duarte

Diretor de Gestão Operacional e Marketing:

Dr. Ciro da Silva Monteiro

Diretor de Desenvolvimento Humano:

Dr. Mauro Candido Junqueira

DESIGN:

LEN Comunicação e Branding

apresentação

“Cooperativismo: uma história sempre atual” é uma exposição itinerante, idealizada em comemoração ao 86º Dia Internacional do Cooperativismo.

Essa exposição é o resultado de uma parceria entre a Federação das Unimed's do Estado de São Paulo - Fesp, a Organização das Cooperativas do Estado de São Paulo - OCESP e o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo - SESCOOP.

Essas instituições, por meio dessa exposição, pretendem disseminar a história do cooperativismo moderno, desde a sua idealização até os dias atuais, visando a ressaltar valores, princípios e práticas cooperativistas, buscando consolidar a cooperação como verdadeiro instrumento de realização socioeconômica e política entre todos nós.

Esse projeto se propõe a sensibilizar e unificar instituições com interesses comuns, fomentando a manutenção da cultura cooperativista que, muitas vezes, tem estado latente na realidade e nas práticas das organizações que adotam esse modelo de gestão.

“Mais importante que conhecer o cooperativismo é praticá-lo na sua íntegra.”

Sérgio dos Santos Lara



Se pensarmos - diz Charles Gide - que os estatutos de sua sociedade (os Pioneiros de Rochdale) foram, desde o começo, tão bem estabelecidos por esses poucos tecelões de flanela, que a experiência de mais de meio século nada encontrou que valesse a pena juntar aos mesmos e que milhares de sociedades criadas depois limitaram-se a copiá-los quase que textualmente, não hesitaremos em considerar esse fenômeno o mais importante talvez da história econômica. O sistema cooperativo não saiu do cérebro de sábios ou reformadores, mas das próprias entranhas do povo.”

Cooperativismo ao Alcance de Todos
Coleção Orientação, n.1, 2000



onde
tudo
começou

a primeira cooperativa “os pioneiros de rochdale”

A história dos operários tecelões de Rochdale - “Pioneiros de Rochdale” - situada no condado de Lancashire, na cidade de Manchester, na Inglaterra, tem sido a grande referência para o cooperativismo moderno.

A Inglaterra do início do século XIX passava por uma séria crise, reflexo da luta entre os antigos condados herdados dos senhores feudais, os tecelões e a era industrial.

Prejudicados pelo novo modelo econômico que substituiu o trabalho artesanal pela produção industrial, os trabalhadores viram multiplicar os problemas básicos e as dificuldades de sobrevivência humana: falta de moradia, acesso à educação, saúde e alimentação e o alto índice de desemprego, em virtude da mão-de-obra excedente.

Diante dessa situação tão difícil, os trabalhadores passaram a buscar alternativas viáveis, que pudessem garantir a sobrevivência e o sustento de suas famílias.

Diante dos problemas que já se tornavam angustiantes em toda a Europa, um grupo de 28 operários tecelões ingleses sob influência dos primeiros intelectuais so-



cialistas, decidem fundar a cooperativa de consumo, denominada “Rochdale Society of Equitable Pioneers”, registrada em 24 de outubro de 1844, em Rochdale-Inglaterra.

Os objetivos e forma de organização social do trabalho e economia da Cooperativa de Rochdale transformaram-se, posteriormente, em Princípios do Cooperativismo Mundial.

Tradicionalmente reconhecidos como pioneiros, os tecelões cooperadores começaram a juntar os primeiros fundos necessários para realizar seu projeto de vida:

- Abrir um armazém comunitário para a venda de provisões, roupas etc.;
- Comprar e construir casas destinadas aos membros que desejem amparar-se mutuamente para melhorar sua condição doméstica e social;
- Iniciar a manufatura dos produtos que a cooperativa julgar conveniente, para o emprego dos que se encontram sem trabalho ou daqueles que sofrerem reduções salariais;
- Para garantir mais segurança e bem-estar, a cooperativa comprará ou alugará terra que seja cultivada pelos membros desempregados;
- Organizar as forças de produção, de distribuição, de educação e desenvolver a administração democrática e autogestionária do empreendimento.

“probos pioneiros de rochdale”

A cooperação como elemento de relacionamento entre os povos data de tempos imemoriais. Paralelamente ao registro da presença primária do homem no mundo, encontram-se referências de formas primitivas, voluntárias e eventuais de cooperação (caçadas, formação de grupos de defesa ao ambiente hostil de então, entre tantas outras).



dividend declared
first quarter.
woman member
on March 16th
President of the
roth, flannel
Secretary was

Segundo Charles Gide, a origem da cooperação está na própria humanidade, no seu modo de ser, de viver e de agir diante das necessidades e desafios que permeiam a vida.

Com o surgimento da máquina a vapor, a situação veio a agravar-se significando o desemprego para muitos trabalhadores, o que os levou a se unir, com a finalidade de se proteger contra o desemprego. Nessa época, os operários trabalhavam de 17 a 18 horas por dia, moravam em casas sem o mínimo de conforto e pagavam muito caro pelo que comiam e vestiam.

O cooperativismo moderno, portanto, surgiu junto a Revolução Industrial, com os problemas sociais dela decorrentes. Os movimentos sociais de resgate das condições básicas dos trabalhadores não tardaram a se manifestar, sempre em defesa dos direitos e garantias fundamentais do homem, presentes no idealismo da Revolução Francesa, exteriorizados pelas palavras de ordem: LIBERDADE, IGUALDADE E FRATERNIDADE.

Em 1843, 28 pobres tecelões de Rochdale, distrito de Lancashire, na Inglaterra, encontravam-se reunidos em conselho para descobrir um meio de fugir à ameaça iminente da miséria. Após estudarem algumas soluções, aprovaram a fundação de um Armazém Cooperativo. Foi necessário um ano para economizar a soma de 28 libras esterlinas.

Essa iniciativa se concretizou em 21 de dezembro de 1844. Vinte e oito homens, “os probos pioneiros”, como ficaram conhecidos, abriram as portas e iniciaram as atividades de comercialização no armazém cooperativo dessa primeira cooperativa que recebeu o nome de Rochdale Society of Equitable Pioneers, situado à Toad Lane 31 (Beco do Sapo) em Rochdale. Lançando ao mundo a semente do sistema econômico do cooperativismo. Rochdale teve o mérito de demonstrar o valor do princípio de distribuir os lucros em proporção às compras (produção) e não em proporção ao capital. “Os cooperados estão plenamente convencidos de que todos os que contribuem para criar a riqueza devem participar da sua distribuição”.

Inicialmente, o andar térreo foi alugado por 10 libras ao ano, por um período de três anos, sendo que o sucesso da cooperativa possibilitou que fossem alugados os demais andares para fins de consumo e educação.

Em 1970, várias cooperativas inglesas reuniram-se para comprar o prédio e com auxílio de todos, foi fundado o “Toad Lane Museum”.

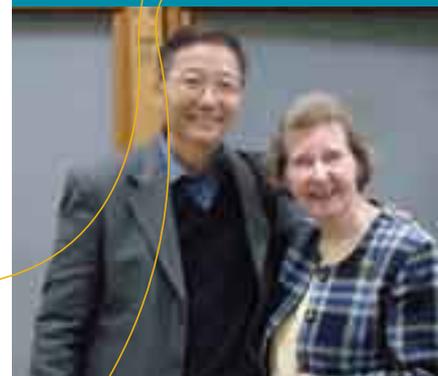
É o marco da origem do cooperativismo com as mesmas características e os mesmos princípios até hoje seguidos (adesão livre; gestão democrática; juros módicos ao capital; retorno proporcional às operações; transações a dinheiro; neutralidade política e religiosa; desenvolvimento do ensino).

a cooperativa de consumo de rochdale

Os tecelões iniciaram suas operações, comercializando e oferecendo aos sócios pequenas quantidades de manteiga, açúcar, farinha de trigo e de aveia e, posteriormente, fumo e chá.

“Naturalmente, a qualidade de alguns dos artigos vendidos no armazém cooperativo era inferior, outros, às vezes, tinham seus preços mais altos que os comercializados por outros armazéns; esses inconvenientes, momentâneos e insignificantes em relação aos fins que se pretendiam atingir, afastavam os compradores que unicamente se preocupavam com as vantagens e a utilidade direta e imediata.”

Apesar das dificuldades enfrentadas, como a qualidade e preço de alguns dos produtos, endividamento junto a fornecedores, restrição do volume de compras no armazém social, pela baixa escala de compras e estoques, em decorrência do pequeno capital social que operavam, os cooperados nunca esmaeceram.





desenvolvimento do ensino

Os probos pioneiros costumavam reunir-se à noite, após o trabalho, para trocar idéias sobre as operações da sociedade e comunicar as novidades da semana. As discussões eram muito freqüentes e giravam em torno do bem-estar, da redenção social e das condições impostas aos trabalhadores. Após experiências bem sucedidas, em 1849, a sociedade dos pioneiros resolveu organizar a seção de educação. Foi organizada uma junta diretora encarregada de recolher doações de livros junto aos cooperados.

Pouco tempo depois, a fim de satisfazer os pedidos dos cooperados, a assembléia aprovou a dotação de cinco libras esterlinas para fomento da biblioteca, que se manteve como merecedora da maior atenção por parte dos sócios, pois o que os diferenciava em relação aos demais trabalhadores era a informação e o conhecimento. Em 1853, ao ser revisto o estatuto, John Brierley, um dos sócios mais antigos, propôs que se destinassem à educação 2% das sobras apuradas trimestralmente e que, mais tarde, elevaram-se a 2,5%.

Com o passar do tempo, as salas de ensino foram utilizadas para educação dos filhos dos cooperados, com a intenção de lhes possibilitar ascensão cultural e social, pois a classe operária não tinha acesso à educação.

crescimento e transformação do cooperativismo

Decorridos 164 anos desde a criação da primeira cooperativa, hoje existem cerca de 800 milhões de cooperados em todo o mundo. Com nossas famílias, somos 40% da população do planeta, unidos pela mesma doutrina, pelos mesmos valores e princípios básicos da ajuda mútua. O que representa um novo modelo de organização socioeconômico da sociedade.

O cooperativismo no mundo está representado pela ACI – Aliança Cooperativista Internacional. A ACI é uma ONG fundada em 1895, que atua em mais de cem países e é constituída, atualmente, por mais de 200 membros filiados.



os precursores do cooperativismo

As primeiras idéias cooperativistas surgiram, sobretudo, na corrente liberal dos socialistas utópicos do século XIX e nas experiências que marcaram a primeira metade do século XX.

Havia, na época, grande entusiasmo pela tradição de liberdade e o ambiente intelectual dos socialistas estava impregnado de ideal de justiça e fraternidade.

Foi nesse quadro intelectual, somado à realidade constituída pelo sofrimento da classe trabalhadora, que se criou o contexto propício ao aparecimento das cooperativas: nasceram da necessidade e do desejo da classe trabalhadora em superar a miséria pelos seus próprios meios (ajuda mútua).

Esses pensadores surgiram na Inglaterra e na França, isto é, nos países pioneiros do progresso intelectual e do desenvolvimento industrial da Época Moderna. Dentre os socialistas que maior influência exerceram sobre o cooperativismo, destacam-se:

John Bellers (1654-1725) - Nasceu na Inglaterra e tentou organizar cooperativas de trabalho, para acabar com o lucro e as indústrias inúteis;

Robert Owen (1772-1858) - Nasceu na Inglaterra e é considerado o pai do cooperativismo. Combateu o lucro e a concorrência, por considerá-los os principais responsáveis pelos males e injustiças sociais. Investiu em inúmeras iniciativas de organização dos trabalhadores. Preocupado com as condições de vida do proletariado inglês, fundou escolas para filhos de operários.

Charles Fourier (1772-1858) - Nasceu na França e foi idealizador das cooperativas integrais de produção, criando os falanstérios, comunidades onde os associados tinham tudo em comum.

William King (1786-1858) - Também inglês, tornou-se médico famoso e dedicou-se ao cooperativismo de consumo. Engajou-se em prol de um sistema cooperativista internacional.

Philippe Buchez (1792-1865) - Nasceu na Bélgica e buscou criar um cooperativismo autogestionado, independente do governo ou de ajuda externa. Na França, tentou organizar “associações operárias de produção”, que, hoje, são chamadas de cooperativas de produção.

Luis Blanc (1812-1882) - Francês, foi um grande político que se preocupou com o direito ao trabalho, defendendo a liberdade baseada na educação geral e na formação moral da sociedade.

Charles Gide (1847-1932) - Francês, professor universitário, é conhecido mundialmente por suas obras sobre economia, política e cooperativismo. Fundador da “Escola de Nimes”, na França, que muito contribuiu com a produção do conhecimento sobre o cooperativismo mundial.

valores

“As cooperativas baseiam-se em valores de ajuda mútua e responsabilidade, democracia, igualdade, eqüidade e solidariedade. Na tradição de seus fundadores, os membros das cooperativas acreditam nos valores éticos da honestidade, transparência, responsabilidade social e preocupação com os semelhantes.”
ACI 1995



As cooperativas baseiam-se em valores de ajuda mútua e

responsabilidade, democracia, igualdade, eqüidade e solidariedade.

Conforme os seus pioneiros, o cooperativismo acredita nos valores éticos da honestidade, transparência, responsabilidade social e preservação do ambiente para o desenvolvimento sustentado.”

Gawlak, Albino. Cooperativismo: primeiras lições. Brasília : SESCOOP, 2007

os sete princípios

1º Princípio:

Adesão livre e voluntária ou Princípio da livre adesão.

“As cooperativas são associações de pessoas com interesses e objetivos comuns, são organizações voluntárias, abertas a todas as pessoas aptas a utilizar seus serviços e assumir responsabilidades como associados, sem discriminações raciais, políticas, religiosas e de sexo.”



2º Princípio:

Gestão democrática pelos cooperados.

“As cooperativas são organizações democráticas, controladas pelos seus associados, que participam ativamente na formação de suas políticas e na tomada de decisões. Os dirigentes (homens e mulheres), eleitos como representantes dos outros membros, são responsáveis perante estes. Nas cooperativas de primeiro grau, os associados têm igual direito de voto (um associado, um voto). As cooperativas de grau superior (federações e confederações) são, também, organizadas de maneira democrática, porém nessas, assim como nas centrais com exceção das que exerçam atividade de crédito, podem optar pelo critério da proporcionalidade.

3º Princípio:

Participação econômica dos cooperados.

“Os cooperados contribuem eqüitativamente para o capital de suas cooperativas e o controlam democraticamente. Pelo menos parte desse capital é propriedade comum da cooperativa. Os associados recebem uma remuneração ao capital subscrito, quando estabelecido nos estatutos. Os excedentes são destinados a estes e outros objetivos: desenvolvimento de suas cooperativas às vezes por meio da criação de reservas, e parte das quais será indivisível; aos associados, distribuídos na proporção de suas transações com a cooperativa; apoio a outras atividades aprovadas pelos associados.”

4º Princípio:

Autonomia e independência.

“As cooperativas são organizações autônomas, de ajuda mútua, geridas pelos seus membros. Se firmarem acordos com outras organizações, incluindo instituições públicas, ou se recorrerem a capital externo, devem fazê-lo em condições que assegurem o controle democrático pelos seus associados e se mantenham a autonomia das cooperativas”.

5º Princípio:

Educação, formação e informação.

“As cooperativas devem promover a educação e formação dos seus associados, representantes eleitos e dos trabalhadores, de forma que possam contribuir eficazmente para o desenvolvimento das mesmas. Devem, ainda, promover a educação e Informação do público em geral, particularmente, dos jovens e dos líderes de opinião, sobre a natureza e as vantagens da cooperação.”

6º Princípio:

Intercooperação.

“As cooperativas servem de forma mais eficaz aos seus membros e dão mais força ao movimento cooperativo, trabalhando em conjunto com suas co-irmãs, por intermédio das estruturas cooperativistas locais, regionais, estaduais, nacionais e internacionais.”

7º Princípio:

Interesse pela comunidade.

“As cooperativas trabalham para o desenvolvimento sustentado de suas comunidades, por meio de políticas aprovadas pelos seus associados.”

simbologia

A origem dos
símbolos e a bandeira
do cooperativismo



Pinheiro

Antigamente era tido como símbolo da imortalidade e da fecundidade pela sua sobrevivência em terras menos férteis e pela facilidade na sua multiplicação.

Círculo

Representa a vida eterna, pois não tem horizonte final, nem começo, nem fim.

Verde

O verde escuro das árvores lembra o princípio vital na natureza.

Amarelo

O amarelo ouro simboliza o sol, fonte de energia e calor.

símbolos

Assim nasceu o emblema do cooperativismo: um círculo abraçando dois pinheiros, para indicar a união do movimento, a imortalidade de seus princípios, a fecundidade de seus ideais, a vitalidade de seus adeptos. Tudo isso marcado na trajetória ascendente dos pinheiros que se projetam para o alto, procurando subir cada vez mais.





a bandeira: símbolo mundial

O cooperativismo possui uma bandeira formada por sete listras horizontais, aprovada pela ACI em 1923, como símbolo de paz e esperança.

Bandeira original do cooperativismo



Em 2001, a ACI resolveu mudá-la

Em 2001, a ACI resolveu mudá-la porque muitas outras em estilo arco-íris se tornaram populares nos anos 80 e 90, como a bandeira inca e a do movimento GLBT.

Cores da bandeira do cooperativismo:
Cada uma das cores tem um significado próprio.

Vermelho

coragem

Alaranjado

visão de futuro

Amarelo

família e comunidade

Verde

crescimento como pessoa e como associado

Azul

necessidade de apoiar os menos afortunados

Anil

auto e mútua ajuda

Violeta

beleza, calor humano e coleguismo

cooperativismo através da história

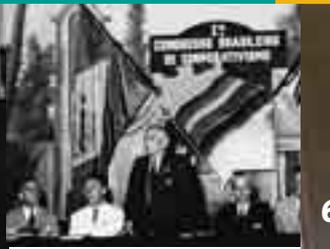
Acompanhe a evolução do cooperativismo, no contexto dos fatos que marcaram a história do Brasil e do Mundo.

1844	Na Inglaterra, 28 tecelões criam a primeira cooperativa moderna formalmente constituída: Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale, empreendimento do ramo consumo orientado sob os valores da igualdade, liberdade, ética e justiça.	1892	Em Antonio Prado (RS), foi fundada a Cooperativa Agrícola de Antonio Prado.
		1894	Rio de Janeiro (RJ): surge a Cooperativa Militar de Consumo.
		1895	Camaragibe (PB): primeira cooperativa de consumo no Nordeste.
1847	A Colônia Tereza Cristina foi criada pelo médico francês Jean Maurice Faivre, com inspiração nos ideais humanistas, junto com outros colonos europeus, no Paraná. O movimento serviu de referência para as experiências futuras.	1895	Criada, em Londres, a Aliança Cooperativa Internacional (ACI), órgão de representação mundial do cooperativismo, atualmente com sede em Genebra (Suíça).
		1897	Campinas (SP), fundada a Cooperativa de Consumo dos Empregados da Cia. Paulista
1854	O estatuto da cooperativa de Rochdale é modificado ao ser incluída a regra de destinar 2,5% das sobras para investimento na educação de seus membros.	1902	Com conceitos trazidos pelo padre jesuíta suíço Theodor Amstad, é fundada a primeira cooperativa de crédito rural do País, no município de Nova Petrópolis (RS).
1855	Pouco mais de dez anos depois da abertura das portas do armazém de Rochdale, a cooperativa pioneira conta com 1.400 cooperados e duas filiações instaladas.	1902	Feliz (RS): criada a Associação dos Agricultores de Feliz.
1889	Surge, em Minas Gerais, a primeira cooperativa brasileira: Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto.	1907	Decreto Federal 6.532 define as funções do cooperativismo, prevendo, inclusive, a constituição de federação para as cooperativas de crédito rural.
1891	Criação da Associação Cooperativa dos Empregados da Companhia Telefônica de Limeira, Estado de São Paulo.	1911	Vila Nova (RS): surge a Cooperativa Agrícola e Caixa de Crédito Rural.



1. Armazém cooperativo de Rochdale (foto de 1920)
2. Cópia do estatuto da primeira cooperativa brasileira
3. Sede da cooperativa Caixa Rural de Nova Petrópolis
4. Padre suíço Theodor Amstad trouxe o cooperativismo de crédito ao Brasil
5. Getúlio Vargas em congresso do cooperativismo
6. Livro das atas do I Congresso, guardado na sede da OCB
7. Visitantes do II Congresso Estadual de Cooperativismo (1961)

1911	Caxias do Sul (RS): Cooperativa Agrícola de Caxias e Caixa de Crédito Rural.	1944	Passados 100 anos da fundação da primeira cooperativa no mundo, é realizado, em São Paulo, o I Congresso Brasileiro de Cooperativismo, com participação do então presidente da República, Getúlio Vargas.
1923	ACI comemora, pela primeira vez, o Dia Internacional do Cooperativismo. Fica definido o primeiro sábado de julho para celebrar o cooperativismo em todo o mundo.	1946	ACI conquista assento consultivo na Organização das Nações Unidas (ONU), sendo uma das primeiras organizações não-governamentais a ter cadeira no conselho.
1925	Adotando as sugestões do professor francês Charles Gide, a ACI confirma a bandeira do cooperativismo mundial com as sete cores do arco-íris.	1951	O governo brasileiro cria o Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC), para financiar cooperativas de todos os ramos.
1932	Decreto Federal 22.239 adota a doutrina dos probos de Rochdale para o cooperativismo brasileiro. É a primeira lei do País a tratar especificamente de cooperativas, definindo-as como sociedades de pessoas e não de capital.	1956	Em razão de divergências entre grupos cooperativistas, nascem duas entidades representativas nacionais: Unasco (União das Associações Cooperativas), em São Paulo, e Abcoop (Aliança Brasileira de Cooperativas), no Rio de Janeiro.
1933	Criado o Departamento de Assistência ao Cooperativismo (DAC), na Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de São Paulo. Surge o primeiro órgão oficial da América do Sul com a finalidade de cuidar exclusivamente de cooperativismo.	1960	Criação da Organização das Cooperativas da América (OCA). No mesmo ano, durante um congresso das Américas, realizado em Montevidéu, Uruguai, nasce a simbologia dos dois pinheirinhos.
1937	No Congresso da ACI, realizado em Paris, França, as regras de funcionamento e gestão da cooperativa de Rochdale são reunidas em cinco princípios que passam a balizar o movimento cooperativista em todo o mundo.		



8. Sede da primeira Unimed

9. Constituição da Ocesp em 14/10/1970

10. Posse da primeira diretoria da Organização das Cooperativas do Estado de São Paulo (Ocesp)

11. Ministro Cirne Lima (sentado) é homenageado pelo movimento cooperativista

12. Ulisses Guimarães, presidente da Constituinte, participa de congresso cooperativista



1964 Com o Estatuto da Terra (Lei 4.504), o governo federal, já sob regime militar, oficializa a intervenção estatal no cooperativismo, delegando ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) as funções de normatizar, registrar e fiscalizar as cooperativas. As dos ramos crédito e habitacional ficam sob controle do Banco Central e Banco Nacional da Habitação, respectivamente.

1964 A Reforma Bancária, que criou o Sistema Financeiro Nacional, desarticula o cooperativismo de crédito, com pequena tolerância para o crédito mútuo.

1966 Cooperação entre cooperativas é o título do sexto princípio do cooperativismo, aprovado no Congresso da ACI realizado em Viena, Áustria.

1967 Surge o Sistema Unimed, em Santos (SP), idealizado pelo Dr. Edmundo Castilho. É o nascimento do cooperativismo de trabalho médico no Brasil.

1967 Governo brasileiro institui, pelo Decreto-Lei 60.957, o Conselho Nacional do Cooperativismo, órgão ligado ao Incra com a função de prover recursos ao movimento cooperativista.

1970 Com o esforço do secretário da Agricultura de São Paulo, Antonio José Rodrigues Filho, apoiado pelo então ministro da Agricultura Luiz Fernando Cirne Lima, o movimento cooperativista se unifica em nível federal e estadual, reunindo entidades até então divergentes com a criação da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e da Organização das Cooperativas do Estado de São Paulo (Ocesp). Começava a se formar o Sistema Cooperativista Brasileiro, com representação federal e nos Estados.

1971 Promulgada, em plena ditadura militar, a Lei 5.764, que detalha a classificação, a constituição e o funcionamento das cooperativas. Essa lei rege o cooperativismo brasileiro até hoje.

1983 Ao completar 50 anos, o DAC passa a ser denominado Instituto de Cooperativismo e Associativismo (ICA) e continua ligado à Secretaria de Agricultura de São Paulo. O ICA possui uma das bibliotecas mais ricas em cooperativismo no País.

1984 Criada a Frente Parlamentar do Cooperativismo, para defender os interesses do movimento cooperativista no Congresso Nacional.

- 13. Constituintes recebem pleito do cooperativismo (1987)
- 14. Primeira assembleia da ACI Américas (São Paulo, 1994)
- 15. Roberto Rodrigues
- 16. Congresso dos 100 anos da ACI (Inglaterra, 1995)



1984	Secretaria Nacional do Cooperativismo (Senacoop) substituiu o Incra no controle das cooperativas.	1992	ACI se regionaliza, dividindo-se em ACI Europa, ACI Américas, ACI África e ACI Ásia e Pacífico. Para conduzir a ACI Américas é eleito o então presidente da OCB, Roberto Rodrigues.
1987	Mobilização nacional do movimento cooperativista sensibiliza parlamentares a incluir artigos na Constituição para a independência do cooperativismo perante o governo.	1994	Lei 8.949 inclui o seguinte parágrafo no artigo 442 da CLT: Qualquer que seja o ramo de atividade da sociedade cooperativa, não existe vínculo empregatício entre ela e seus associados, nem entre estes e os tomadores de serviços daquelas.
1988	É realizado, em Brasília, o X Congresso Brasileiro de Cooperativismo, com a participação de 1.500 cooperativistas de todos os Estados.	1995	Congresso realizado em Londres, Inglaterra, comemora os 100 anos da ACI e aprova o sétimo princípio do cooperativismo: preocupação com a comunidade.
1988	Com a promulgação da nova Constituição do Brasil, o cooperativismo finalmente conquista sua independência e a garantia do apoio do governo, partindo para a efetiva autogestão. Apenas o ramo crédito continua sob controle estatal, pelo Banco Central.	1995	Conselho Monetário Nacional autoriza a criação de bancos cooperativos. Surge o Banco Cooperativo Sicredi S.A. (Bansicredi).
1990	Criado, no Ministério da Agricultura, o Departamento de Cooperativismo e Associativismo Rural (Denacoop), para apoiar o movimento. São extintos o Conselho Nacional de Cooperativismo e o Banco Nacional de Crédito Cooperativo.	1996	Surge o Banco Cooperativo do Brasil S.A. (Bancoob).
		1996	ONU inclui o Dia Internacional do Cooperativismo em seu calendário.
		1997	Brasil entra para a história do cooperativismo mundial: Roberto Rodrigues é eleito presidente da ACI. Primeiro não-europeu a assumir o cargo, que ocupou até 2001.



1998 Medida Provisória 1.715 cria o Programa de Revitalização das Cooperativas Agropecuárias (Recoop) e o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop). O Sescoop, sob a administração da OCB, surge para implementar programas de capacitação, monitoramento e promoção social, visando ao aprimoramento da autogestão das cooperativas.

1999 Protocolado no Congresso Nacional projeto para uma nova lei do cooperativismo (PL 171), até hoje em tramitação.

1999 Cooperativismo paulista conquista cadeira de vogal na Junta Comercial do Estado de São Paulo (Jucesp), por meio de indicação do então governador Mário Covas.

2000 Rio Cooperativo, congresso realizado em dezembro no Rio de Janeiro, torna-se o maior evento cooperativista até então, com a participação de representantes de 70 países. O presidente da República Fernando Henrique Cardoso marca presença.

2001 Programa Cooperjovem, do Sescoop, é lançado em São Paulo, com o intuito de levar a prática da cooperação a alunos do ensino fundamental.

2003 Resolução do Banco Central autoriza constituição de cooperativas de crédito abertas, de livre admissão.

2004 Pela primeira vez na história do Brasil, o Dia Internacional do Cooperativismo é comemorado no Palácio do Planalto. O presidente Lula lança o Programa Brasil Cooperativo e anuncia que quer transformar o País numa “grande república cooperativista”.

2005 Com a participação de cooperativistas de todo o País são elaborados os Critérios de Identificação da Cooperativa de Trabalho. No mesmo ano, é protocolado na Câmara dos Deputados projeto de lei para regulamentar o ramo.

2005 Américo Utumi é reeleito para o Conselho de Administração da ACI.

2006 Escola de Samba Acadêmicos do Tatuapé desfila no grupo especial do Carnaval de São Paulo com o enredo ‘Cooperativismo, união para o bem comum. Uma grande nação se faz com cooperação’.

2006 Governador Geraldo Alckmin sanciona Lei de Apoio ao Cooperativismo de São Paulo (12.226).

17. XII Congresso Brasileiro de Cooperativismo, denominado Rio Cooperativo 2000

18. Antonio José Rodrigues Filho

19. Fenacoop realizada em 2007

20. Cooperativistas agradecem ao governador Alckmin, no Palácio dos Bandeirantes

21. Reconstituição da Frencoop paulista, em 2007

22. Presidente Lula discursa durante a comemoração do Dia Internacional do Cooperativismo, em 2003

23. Ala das baianas com as cores da bandeira do cooperativismo





os 13 ramos

No Brasil, as cooperativas estão classificadas em 13 ramos de atividade econômica. Dados de dezembro de 2007 da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) apontam **7.672 cooperativas** com **7,7 milhões de cooperados** no País.

O cooperativismo, enquanto organização social e econômica, inserida no contexto e dinâmica da sociedade, também sofre transformações e adequações para melhor atender aos interesses de seu quadro social. A partir de 1993, a Organização das Cooperativas Brasileiras — OCB deu início a modificações no quadro de nomenclaturas dos ramos cooperativos, adaptando-as às exigências atuais do mundo do trabalho, quais sejam:

agropecuário

reunindo produtores rurais, agropastoris e de pesca, esse ramo foi por muitas décadas sinônimos de cooperativismo no país, tamanha sua importância e força na economia. As cooperativas caracterizavam-se pelos serviços prestados aos associados, como recebimento ou comercialização da produção conjunta, armazenamento e industrialização, além da assistência técnica, educacional e até social. Ainda é o ramo de maior expressão econômica no cooperativismo, com significativa participação na economia nacional, inclusive na balança comercial. Em dezembro de 2007, contava com 1.544 cooperativas e 879.649 associados.

consumo

inicialmente formado por cooperativas fechadas (exclusivas para atender a funcionários de empresas), chegou a ter centenas em meados do século 20. Porém, o início da incidência do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), a partir do Decreto-Lei 406/68, atingiu duramente o ramo. Os preços deixaram de ser competitivos e a maioria das cooperativas fechou as portas. As que resistiram tornaram-se abertas (atendem toda a comunidade). Hoje, o ramo busca fortalecimento e competitividade, modernizando sua administração e investindo em capacitação e treinamento de funcionários. Em dezembro de 2007, contava com 141 cooperativas e 2.468.293 associados.

crédito

um dos primeiros ramos a se organizar no país, atua no crédito rural e urbano. Foi praticamente extinto pelo governo, entre as décadas de 1960 e 1980. Nos anos 90, o ramo se reestruturou. Com o objetivo de facilitar o acesso dos associados ao mercado financeiro com melhores condições que as instituições bancárias tradicionais, hoje o ramo está consolidado e é um dos que mais crescem no país. Possui três sistemas - Sicredi, Sicoob e Unicred - e dois bancos cooperativos - Bansicredi e Bancoob. Em dezembro de 2007, contava com 1.148 cooperativas e 2.851.426 associados.

educacional

a primeira cooperativa educacional do Brasil surgiu em 1982, quando o primeiro grupo de pais se reuniu e decidiu formar uma escola. O objetivo das cooperativas educacionais é unir ensino de boa qualidade e preço justo. Assim, pais de alunos ou professores formam e administram as escolas cooperativas, promovendo a educação com base na democracia e na cooperação, sem estimular a competição. Pelos dados da OCB, em dezembro de 2007, contava com 303 cooperativas e 98,9 mil associados.

especial

fundamentado pela Lei 9.867/99, esse ramo se constitui de cooperativas formadas por pessoas em situação de desvantagem, como deficiência física, sensorial e psíquica, ex-condenados ou condenados a penas alternativas, dependentes químicos e adolescentes a partir de 16 anos em difícil situação familiar, econômica, social ou afetiva.



As cooperativas atuam visando à inserção no mercado de trabalho desses indivíduos, geração de renda e a conquista da sua cidadania. Em dezembro de 2007, contava com 12 cooperativas e 385 associados.

habitacional

as cooperativas habitacionais têm como objetivo viabilizar moradia aos associados. Seu diferencial é a construção de habitações a preço justo, abaixo do de mercado, pois não visam ao lucro. Inseridas num contexto social que aponta déficit nacional de mais de seis milhões de moradias, as cooperativas habitacionais podem se constituir em todas as classes sociais. A primeira cooperativa surgiu em 1951, mas o ramo se organizou como tal em 1992. Em dezembro de 2007, tinha 381 cooperativas e 98.599 associados.

infra-estrutura

formado hoje por cooperativas de eletrificação rural, esse ramo existe desde 1941 e atende, principalmente, às pequenas e médias propriedades rurais. As cooperativas preenchem uma lacuna das concessionárias de energia nas regiões de baixo consumo. Além da construção de redes, as cooperativas são responsáveis pela produção, geração, manutenção, operação e distribuição da energia elétrica. O ramo atendeu a mais de 650 mil propriedades e construiu, mantém e opera 120 mil quilômetros de redes de energia. Em dezembro de 2007, contava com 147 cooperativas e 627.523 associados.



mineral

previsto na Constituição Federal de 1988, esse ramo atua na pesquisa, extração, lavra, industrialização, comércio, importação e exportação de produtos minerais. De grande alcance social, está presente, principalmente, nas pequenas e médias jazidas, que não despertam interesse das grandes mineradoras. Em dezembro de 2007, contava com 40 cooperativas e 17.402 associados.

produção

estimula o empreendedorismo em que um grupo de profissionais, com objetivos comuns na exploração de diversas atividades produtivas, se reúne para produzir bens e produtos como donos do seu próprio negócio. A ênfase maior do ramo Produção está nos setores da agropecuária e industrial. Em dezembro de 2007, contava com 208 cooperativas e 11.553 associados.

saúde

as cooperativas médicas existiam há três décadas quando o ramo, genuinamente brasileiro, foi desmembrado do ramo Trabalho, em 1996, devido à sua força e representatividade. Reúne profissionais especializados na promoção da saúde humana, como médicos, dentistas, psicólogos e outros profissionais. Um dos maiores convênios de saúde do país é um Sistema Cooperativo (Unimed). Em dezembro de 2007, contava com 919 cooperativas e 245.820 associados.

trabalho

associação de profissionais de atividades afins para a prestação de serviços. Tem muito espaço para se fortalecer, com o cenário de enxugamento de vagas no mercado formal de trabalho. É a saída contra a informalidade, mas ainda carece de legislação regulamentadora. Em dezembro de 2007, contavam-se 1.826 cooperativas e 335.286 cooperados.

transporte

composto por cooperativas de transporte de carga e passageiros - táxis e vans inclusos - é outro desmembramento do ramo Trabalho. Mais novo dos ramos, foi criado em 2002. Já nasceu forte e estruturado, com uma frota de cinco mil veículos. Em dezembro de 2007, havia 945 cooperativas e 88.386 associados.

turismo e lazer

em processo de estruturação, foi criado em 2000, durante Assembléia Geral Ordinária da OCB. Respalda no enorme potencial turístico brasileiro, visa à prestação de serviços turísticos, artísticos, de entretenimento, esportes e hotelaria por profissionais dessas áreas. Em dezembro de 2007, contava com 24 cooperativas e 7.687.568 associados.

brasil. cooperativo

Destaques da história do cooperativismo no Brasil e a importância do movimento para o desenvolvimento da economia no país.

Os primeiros registros de trabalho baseado na cooperação, no Brasil, datam do período colonial, com as missões dos jesuítas. No fim do século XIX, surgiram as primeiras cooperativas formalizadas, principalmente no sul e sudeste, no setor de consumo entre funcionários de empresas públicas, e nos ramos agrícola e de crédito rural com os imigrantes europeus e asiáticos, que trabalhavam em sistema de ajuda mútua para enfrentar as dificuldades de uma terra estranha.

O cooperativismo sempre ressurge em períodos de crise. É uma forma de organização econômica entre as pessoas, para amenizar os problemas sociais. Nos anos 30, a Grande Depressão e a crise do café levaram o governo Getúlio Vargas a estimular as cooperativas e criar a primeira lei para regulamentar e fiscalizar o seu funcionamento.

Nos anos 50, sob o ritmo desenvolvimentista do presidente JK, novas cooperativas surgiram, as centrais se fortaleceram e houve até a tentativa de unificar o movimento, mas que não avançou. O golpe militar, em 1964, acirrou o controle do governo sobre o cooperativismo. Foi criado o Sistema Financeiro Nacional, que quase extinguiu as cooperativas de crédito mútuo abertas à população. Por outro lado, os militares incentivaram as cooperativas agrícolas como questão de segurança alimentar.





No início da década de 70, com os esforços do secretário da Agricultura de São Paulo, Antonio José Rodrigues Filho, e o apoio do ministro da Agricultura, Luiz Fernando Cirne Lima, o cooperativismo se unificou na Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). Em 1971, foi promulgada a Lei 5.764 que, entre outras regras, exigia que todas as cooperativas se registrassem previamente no Conselho Nacional do Cooperativismo. Apesar disso, a lei reconheceu a OCB como representante do movimento no País e definiu as relações entre os cooperados e a cooperativa, o chamado Ato Cooperativo. Com o fim da ditadura militar e a promulgação da nova Constituição, em 1988, o cooperativismo se livrou do controle estatal, iniciando a autogestão.

Antes do Plano Real, nos anos 80 e 90, o País passou por crises na economia, com inflação galopante, graves reflexos na agricultura e aumentos sucessivos no índice de desemprego. Muitas cooperativas agrícolas sucumbiram e, no meio urbano, muitas de trabalho e de crédito surgiram como alternativa para os trabalhadores driblarem as dificuldades econômicas. Para aprimorar e profissionalizar a autogestão das cooperativas, o governo criou, em 1998, o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop). Órgão do Sistema S, o Sescoop oferece às cooperativas programas de formação, promoção social e monitoramento, em ações com cooperados, funcionários e também jovens, preparando-os para assumir a gestão do cooperativismo no futuro.

referências bibliográficas

- ALBINO, Gawlak. **Cooperativismo: primeiras lições**. Brasília : SESCOOP, 2007.
- AQUINO, Eudes de Freitas. **Os sete princípios e outras histórias**. São Paulo : Editora Paulista, 2003.
- HOLYOAKE, G.J. **Os 28 tecelões de Rochdale**. Porto Alegre : WS Editor, 2000.
- MACEDO, Kátia Barbosa (org.). **Cooperativismo na era da Globalização**. Goiânia : Cooperativa das Unimed's GO/TO, 2001.
- PINHO, Diva Benevides. **A doutrina cooperativa nos regimes capitalistas e socialistas**. São Paulo : Livraria Pioneira Editora, 1996.

Sites:

- www.cooperativismopopular.ufrj.br
www.gestaocooperativa.com.br
www.ica.coop/al-ica/
www.pt.wikipedia.org
www.brasilcooperativo.coop.br
www.portaldocooperativismo.org.br

